

Um novo padrão industrial para o Brasil

Jornal de Brasília

Um novo padrão industrial para o Brasil

Eduardo Leão Coelho

Nesta terça-feira, os ministros da área econômica recebem a versão final da futura política industrial do País que dará prioridade aos setores de bens-salários e de tecnologia de ponta; incentivará a melhoria da qualidade dos produtos e tornará seletivas as exportações brasileiras. O objetivo é criar perto de 2 milhões de empregos a cada ano, mantendo o congelamento de preços e a inflação próxima de zero, com o Brasil crescendo a uma média de 7 por cento ao ano.

Técnicos dos Ministérios do Planejamento e da Indústria e do Comércio trabalharam sábado e domingo definindo as linhas de crédito e incentivos — que serão totalmente revistas — mas o *Jornal de Brasília* apurou, sexta-feira à noite, que no próximo ano o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, disporá de Cr\$ 70 bilhões para os financiamentos de longo prazo, sem falar em US\$ 1,8 bilhão que o Banco Mundial destinou à recuperação do setor elétrico brasileiro. Ainda devem entrar recursos para o setor siderúrgico que, no exercício anterior, apresentou um prejuízo de Cr\$ 15,5 bilhões e teve um faturamento de Cr\$ 20,7 bilhões, o que demonstra a sua precária saúde financeira. O setor quer US\$ 10 bilhões para se recuperar, o que deverá ser conseguido, em parte, com a Siderbras lançando no mercado ações de suas empresas mais viáveis.

Incluída no Plano de Metas Pluriannual (1977/79), também em elaboração, a política industrial elegeu quatro grandes linhas como prioritárias: a) — incremento ao setor de bens-salários (para atender à procura de produtos e emprego) e de tecnologia de ponta, (informática, microeletrônica e química fina, por exemplo); b) — promover a modernização do parque industrial; c) — absorver novas tecnologias e, d) — implantar uma política seletiva de exportações.

Grupos setoriais

Segundo essa orientação, foram eleitos quatro grandes grupos setoriais, ficando especificado como o Estado se comportaria em relação a cada um deles, para compatibilizar os interesses governamentais com os privados.

No primeiro grupo, que pode ser identificado como o de tecnologia de ponta, estão os setores de química fina, biotecnologia, novos materiais catalizadores e microeletrônica. Exatamente nesta área, o documento governamental é mais do que explícito ao afirmar que o País precisa desenvolver sua indústria, razão pela qual serão criados incentivos especiais, linhas de financiamentos e implantação de um sistema de compras, capaz de garantir o fluxo permanente de mercadorias e acelerar a transferência de tecnologia de outros países para o Brasil.

Embora evite o termo reserva de mercado, temendo pressões como as dirigidas contra a indústria de informática brasileira, o Brasil colocará a questão em outros termos, a exemplo do Japão que, na legislação, aparece como o mais liberal dos países, mas não permite, na prática, a entrada de produtos estrangeiros em seu território. A reserva de mercado vira com palavras amenas e subliminares, na tentativa de fugir de possíveis polêmicas.

Acontece que os técnicos dos Ministérios do Planejamento e da Indústria e do Comércio, reunidos no Instituto de Planejamento do Ministério do Planejamento, chegaram à óbvia conclusão de que comércio exterior e a expressão da vontade política de dois ou mais países e não o resultado apenas da boa qualidade dos produtos colocados nas concorrências internacionais. Claro que a qualidade influencia, mas a compra ou venda externa é a manifestação de uma decisão política dos países.

No segundo grupo, estão os setores de insumos básicos e bens de capital de grande porte. Embora tenham absorvido tecnologia razoável nos últimos anos, o Governo acredita que as indústrias desse segmento devem melhorar sua qualidade e ampliar a produção, até porque são as primeiras a sentirem os efeitos da recessão e as últimas a se beneficiarem do aquecimento econômico, porque trabalham, praticamente, sob o regime de encomendas e dependem dos programas de investimento e expansão das demais áreas empresariais.

Aqui, o Estado terá duas atribuições: se fazer presente nos segmentos em que não é produtor, por meio de incentivos, como ocorre em não-ferrosos (alumínio, cobre, por exemplo) e continuar a produzir em áreas em que ele detém grande poder de mercado, como a siderurgia e a petroquímica. Neste caso específico, a Petroquisa terá um papel importante, assim como na área de tecnologia de ponta, devendo diversificar mais sua produção de insumos, para atender às futuras necessidades do mercado.

Integram o terceiro grupo, os segmentos de bens de consumo não-duráveis, como os têxteis, calçados, alimentos e vestuário, indústrias que empregam muita mão-de-obra e que terão um papel fundamental na geração de empregos, pois além dos dois milhões de candidatos que surgem todo o ano, o Governo pretende atrair para o mercado de trabalho regular parte do contingente que vive de subemprego.

E, finalmente, no quarto grupo estão os setores de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos e automóveis, por exemplo) e de bens de capital seriado, isto é, aquelas indústrias que não trabalham apenas sob encomenda, mas que têm um nível de produção constante, pois suas máquinas e equipamentos encontram um mercado satisfatório.